

Conferência de Imprensa
14 Outubro 2011

DECLARAÇÕES DO SECRETÁRIO-GERAL EM NOME DA CGTP-IN

Em 1º lugar, denunciar a dureza profunda, a brutalidade das medidas adoptadas, a dimensão de injustiça, de empobrecimento que elas contêm. **Os impactos de regressão social e civilizacional destas medidas exigem dos trabalhadores e do povo português uma indignação geral**, em defesa dos seus interesses específicos, mas acima de tudo, em defesa dos interesses do país.

Com estas medidas, seguramente, o comum dos portugueses não beneficia nada, mas alguém há-de beneficiar. Quem vai beneficiar? Quem vai beneficiar são de certeza os agiotas internacionais e nacionais e os grandes detentores da riqueza.

O Governo, o 1º Ministro em concreto, diz que estas medidas são indispensáveis face aos buracos que se foram descobrindo. Isso é uma fraude! O que se passa neste país é apenas o seguinte: (i) cada conjunto de medidas adoptado coloca o país mais pobre, agrava os problemas em todas as suas dimensões e portanto, passo a passo, nós estamos sempre, inevitavelmente, a descobrir novos buracos; (ii) claro que também há uma dimensão resultante da herança de corrupção e compadrio que se desenvolveram na sociedade portuguesa; (iii) está longe de se perceber os efeitos nefastos das receitas da Troika, a subversão dos mecanismos económicos e financeiros que lhe estão associados, bem como, as limitações ao exercício do direito democrático a que esse negócio de agiotas submete país.

Um outro aspecto a relevar, é que estas medidas não vão reduzir a dívida do país, e é bom que todos tenhamos noção disso! Vamos fazer sacrifícios e no fim a dívida será maior. Os efeitos que resultam destas políticas são, como temos insistido, mais recessão económica e mais desemprego. E com recessão económica e desemprego não há melhorias das condições para pagar a dívida. Estão, como há muito tempo vimos chamando a atenção, a fazer aceleradamente o abaixamento do nível de desenvolvimento da sociedade portuguesa.

Queremos colocar em relevo que o Governo não tem respostas para os problemas do país. Por opção política e submissão a interesses que nos aprisionam, o Governo é incapaz de definir políticas que respondam aos problemas do país. Isso é de certa forma um drama, porque é um Governo em início de legislatura, mas é um facto!

O que se pode constatar é que, a um passo mais celerado do que se imaginava, estamos a seguir o caminho do descalabro que já é visível na Grécia.

Permitam-me abordar 5 tópicos sobre o que ontem foi dito e um 6º tópico, mais sobre o que não foi dito. Os 5 tópicos são estes:

- (i) sobre os trabalhadores da Administração Pública são aplicadas medidas de uma violência inqualificável. Num espaço muito curto, pouco mais de 2 anos, os trabalhadores da Administração Pública e também os seus reformados, em média, perdem $\frac{1}{4}$ do valor da sua retribuição, e, é evidente que o Governo pretende generalizar esta malvadez que aplica sobre a Administração Pública, a todos os trabalhadores;

- (ii) segundo aspecto, os reformados estão debaixo de medidas de uma injustiça gritante e uma falta de sensibilidade social que conduz os mais idosos da sociedade portuguesa, a um empobrecimento aceleradíssimo. É chocante num tempo em que o aumento da esperança de vida – a maior conquista da humanidade, no último século e meio – assistirmos ao desenvolvimento destas políticas. Por outro lado o Governo faz tábua rasa do facto de o Orçamento da Segurança Social ser sustentado pelas contribuições dos trabalhadores e das empresas (imputados ao factor trabalho).
- (iii) uma outra questão é a proposta do aumento de 2 horas e meia de trabalho por semana. Isso significa essencialmente:
 - a) não vem resolver nenhum problema de emprego, antes pelo contrário, agravará o desemprego quer nas empresas cuja actividade já não é plena, quer nas empresas que possam ter actividade intensa;
 - b) para termos bem a noção do que se trata, porque horas de trabalho são valor de salário, dizemos que significa cortar nos salários dos trabalhadores 6,25%;
 - c) estas medidas do aumento do horário de trabalho, não contribuem em nada para o aumento da competitividade e contribuem muito menos para o pagamento da dívida;
 - d) os resultados obtidos por esta intensificação da exploração vão directos para aqueles que lhes podem deitar as mãos, ou seja, para os grandes accionistas das empresas e para os patrões.

Já agora, permitam-me a seguinte observação: os horários de trabalho são matéria sobre a qual a Organização Internacional do Trabalho, ao longo da sua história, considera ser do âmbito das negociações bilaterais entre patrões e trabalhadores, e que os Estados devem ter preocupação com limites máximos dos tempos de trabalho mas, mesmo nesses casos, as soluções serem sustentadas por uma negociação bilateral. O Governo o que faz é uma determinação unilateral, à margem da CR, inqualificável do ponto de vista da sua fundamentação e violenta contra os trabalhadores. E esta é, historicamente, matéria fundamental das relações no trabalho. Isto é gravíssimo! É um dos exemplos extremos do total retrocesso civilizacional de que falamos.

- (iv) sobre os feriados, ainda não sabemos ao certo a intenção do Governo, mas é, por certo, o ressuscitar de uma velha questão que nunca houve coragem de afrontar nos 37 anos de democracia que já levamos desde Abril de 1974. Vão tentar reduzir os feriados e mexer em outros direitos associados às férias dos trabalhadores, etc. É um exemplo do conservadorismo e do posicionamento retrógrado do Governo e um alerta fortíssimo para a sociedade portuguesa. Ai da sociedade que perde os seus valores! É bom que se reflecta sobre esta matéria, e que não se permita retrocessos!
- (v) quinta questão, a questão dos impostos. O agravamento dos impostos continua a ser exclusivamente sobre o factor trabalho, seja sobre trabalhadores por conta de outrem, seja sobre as empresas produtivas. Esses agravamentos são quantificados, tudo o que foi anunciado é quantificado. Em relação à riqueza vem lá de passagem uma intençãozinha de mexer em qualquer coisa, mas não há nenhuma garantia, muito menos quantificação enquanto em relação ao trabalho é tudo quantificado e identificadas as contas.
- (vi) a sexta observação é relativa a conteúdos fundamentais que o Primeiro-ministro deixou totalmente de lado: toda a gente diz, em relação ao desequilíbrio das contas do Estado que, o cancro dos cancros, resulta das parcerias público-privadas. O Governo desde o início da sua governação assumiu que esta matéria seria uma prioridade para “endireitar” as contas do Estado. Pois ontem não ouvimos nada de concentro sobre as parcerias público-privadas. Mas nós sabemos que foi e é por aqui, que se evapora

muito dinheiro de todos nós e que as negociatas se alargarão agora aos processos de privatizações e outros.

A ausência de impostos sobre a riqueza, persistência na não clarificação e não resolução deste problema serve permanentemente para atacarem o Estado, para porem em causa os direitos sociais: a saúde, a segurança social e o ensino, etc. Isto serve a actuação neoliberal e neoconservadora deste Governo contra o Estado Social.

A outra grande questão que queremos colocar em relevo tem a ver com a demonstração clara daquilo que a CGTP disse no início desta semana sobre a **Concertação Social**. A encenação de que se anda a discutir com os parceiros sociais crescimento, competitividade e emprego, é uma **farsa absoluta!** O crescimento e o emprego, só são possíveis com políticas que não provoquem recessão económica e desemprego e, ao mesmo tempo avançasse, contra tudo e contra todos com estas medidas.

Posto isto, queremos anunciar-vos:

1. Estamos a fazer um fortíssimo apelo ao reforço do esclarecimento, do empenho e da mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras para as lutas que estão em curso, e desde logo para a preparação das acções de sensibilização, de mobilização e de presença na rua que teremos entre **20 e 27 de Outubro**;
2. Teremos reunião da Comissão Executiva da central na segunda-feira e o **Conselho Nacional reúne terça e quarta-feira**. Aí tomaremos decisões mais concretas sobre as formas de concretizar esta indignação geral e esta mobilização geral dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos seus interesses e, acima de tudo, dos interesses do país;
3. Decidimos fazer, de imediato, uma **informação resumida da nossa apreciação da situação e da nossa determinação para uma intervenção que seja de indignação geral e de luta geral dos trabalhadores portugueses a todas as organizações sindicais que estiveram na greve geral de 24 de Novembro do ano passado, e desde logo, à UGT**. A nossa proposta é de desenvolvimento de um processo de diálogo a todos os níveis, visando a construção da unidade na acção necessária para que a resposta seja, como deve ser, de todos os trabalhadores portugueses.
4. Por último, dizer-vos que todas as gerações são atingidas com estas medidas. E, perdoem-nos repetir até à exaustão – andamos a dizer isto há muito tempo, mas é preciso que os trabalhadores e o povo português tomem consciência – nós estamos mesmo num processo de retrocesso social e civilizacional profundo, de quebra do nível de desenvolvimento do país, e isso reflecte-se nas condições de vida, nas condições de trabalho, nas dificuldades de acesso a direitos sociais fundamentais, mas também, por exemplo, em condições nos mais diversos campos da vida da nossa sociedade e na fragilização acelerada da democracia.

Dizíamos, todas as gerações são afectadas, mas há uma geração que está mais em causa que as outras: é a **geração mais jovem**. O futuro torna-se muito complexo face a estas políticas. Por isso, deixamos um fortíssimo apelo à juventude, para que intensifique o seu esclarecimento sobre os problemas, a sua percepção das coisas e para que lute com todas as forças ao seu alcance. Não se pode impor esta coisa vergonhosa de lhes propiciar uma vida pior do que a dos seus pais e dos seus avós.